

# Ricardo e o fracasso de uma teoria do valor

- versão preliminar -

Reinaldo A. Carcanholo

## RESUMO

*Apresenta-se uma reinterpretação da teoria ricardiana do valor, mostrando suas inconsistências e insuficiências. O esforço de Ricardo pouco de substancial e positivo agrega em defesa da perspectiva de ser o valor determinado pelo trabalho contido. Suas contribuições, que Marx acolhe e desenvolve muito mais, referem-se, na verdade, aos motivos pelos quais, no capitalismo, os preços jamais podem ser proporcionais ao trabalho incorporado. Dada a debilidade teórica constatada, sugere-se, para concluir, que o êxito de tal pensamento, entre alguns setores do pensamento crítico, tem caráter ideológico e político.*

## Introdução

Neste trabalho apresentamos uma interpretação sobre a teoria do valor de Ricardo, com alguns elementos novos e que procura entender logicamente o conjunto de suas afirmações contidas tanto no “Ensaio sobre o preço do trigo”, quanto nas três diferentes edições dos “Princípios”, bem como no artigo denominado “Valor absoluto e valor relativo”. Ela se situa entre aquelas que sustentam que Ricardo nunca conseguiu uma solução satisfatória para os problemas que identificou.

O ponto de partida de Ricardo é a crítica da idéia, atribuída equivocadamente a Smith, de que uma elevação salarial eleva o valor das mercadorias e não altera o nível da taxa geral de lucro. É a partir daí que Ricardo adere à determinação dos preços relativos pelo trabalho contido ou incorporado. Nasce, então, as suas vacilações, hesitações e incoerências. Pouco de substancial e positivo agrega em defesa da perspectiva de ser o valor determinado pelo trabalho contido. Suas contribuições, que Marx acolhe e desenvolve muito mais, referem-se, na verdade, aos motivos pelos quais, no capitalismo, os preços jamais podem ser proporcionais ao trabalho incorporado. Marx se utiliza disso entendendo que a grandeza do valor não define diretamente as proporções de troca entre as mercadorias, mas representa a magnitude da riqueza social produzida; para ele, os preços de mercado devem corresponder aos preços de produção, supondo-se uniformidade da taxa de lucro. Depois de tudo, podemos concluir que, afinal, Smith não se equivocava: os preços só

são proporcionais às quantidades de trabalho contido nas mercadorias no “estágio antigo e primitivo” (Smith, 1983, p. 77) da sociedade.

Para que não haja dúvidas y surpresa, convém afirmar, desde já, que nossa interpretação – embora se utilize dos avanços obtidos por Sraffa, difere da apresentada por esse autor – tem como pano de fundo nossa perspectiva de que a teoria de Marx é, em todos os seus aspectos relevantes, insuperável. O fracasso da teoria do valor-trabalho em Ricardo está em pretender construir uma teoria do valor que seja imediatamente uma teoria dos preços e que o trabalho contido seja, de maneira direta, norma de intercâmbio.

### **Aspectos iniciais da teoria ricardiana**

Não é de fácil compreensão a teoria do valor de David Ricardo. E a principal explicação para isso não está no fato de que ele possuía, como é bem sabido e por ele reconhecido explicitamente, dificuldade em expor suas idéias com clareza. Na nossa opinião, o problema encontra-se especialmente na obscuridade de suas próprias idéias, nas vacilações e hesitações que emergem de seus textos e, em particular, nas diferentes versões do primeiro capítulo de sua principal obra: *Princípios de Economia Política e Tributação*.

É bem conhecido o fato de que sua motivação inicial não era científica, mas política; isso fica muito claro no seu artigo “Ensaio sobre o preço do trigo”. Tratava-se de demonstrar que os interesses dos proprietários da terra eram contrários aos do resto da sociedade e que a livre importação de cereais do continente seria favorável aos lucros do capital e, em geral, para a economia inglesa.

### **O Ensaio sobre o preço do trigo e as dificuldades ricardianas**

No referido ensaio, Ricardo apresenta o primeiro esboço de sua teoria econômica que, ao contrário de sua teoria do valor, é de fácil compreensão. Parte da suposição de que os salários reais são constantes e que não são introduzidas inovações tecnológicas na produção. Tais suposições são legítimas, pois o que interessa, para ele, é entender a relação mais abstrata entre a renda da terra e os lucros do capital, ao longo do crescimento econômico.

Sua análise parte de uma sociedade pouco desenvolvida, com população limitada, de maneira que, para que se produza toda a alimentação necessária para ela, ocupa-se somente uma parcela reduzida das terras mais adequadas, todas de uma

mesma qualidade. Existe abundância desse tipo de terra e, por isso, elas são livres no sentido econômico: seu uso não exige pagamento de um preço (a renda).

A análise prossegue com a idéia de que a população cresce e também a produção dos alimentos necessários, bem como o capital necessário para isso. O crescimento dessa produção alcança tal dimensão, que ocorre o esgotamento das terras mais adequadas e, dessa maneira, o capital se vê obrigado a ocupar um tipo de terra de segunda qualidade, seja por menor fertilidade ou por maior distância do mercado consumidor. Assim, o capital na pior terra (tipo B) obtém um excedente físico inferior ao obtido pelo mesmo volume de capital na terra de tipo A.

### **Sobre o que denominamos “efeito renda”**

Se inicialmente supusermos a existência de homogeneidade entre os insumos (ou, o que no caso é a mesma coisa, entre o capital) do setor agrícola e o seu produto (trigo), fica fácil calcular a taxa de lucro daquele capital que opera nas terras do tipo B, uma vez que não depende dos preços relativos do sistema. É óbvio que, se não houvesse a suposta homogeneidade, a taxa de lucro não seria calculável antes de conhecidos os preços dos diferentes componentes do capital e do produto. Um setor com essas características é chamado setor homotético.

A taxa de lucro dos capitais que operam nas terras do tipo B será, assim, menor que a que era obtida (antes do início da utilização desse tipo de terra) pelos capitais que operavam nas do tipo A. Como, na teoria de Ricardo, a uniformidade da taxa de lucro dos diferentes capitais é um pressuposto fundamental, o excedente físico obtido nas terras do tipo A que supere em volume aquele necessário para remunerar o capital que ali opera transformar-se-á em renda da terra, que será apropriada pelos seus proprietários.

Assim, os donos de terras, que se considera como pessoas diferentes dos proprietários do capital, aparecem como aqueles que se apropriam do excedente físico que, nas terras do tipo mais adequado, superam o necessário para pagar aos empresários a taxa média de lucro, definida sempre pela terra de pior qualidade. O crescimento da população segue seu curso. Novas terras serão ocupadas, cada vez menos adequadas. A renda fundiária exigida pelo proprietário de qualquer terra cresce quanto maior a diferença de qualidade ou distância do mercado em relação àquela ocupada que seja a menos adequada. A pior terra não exige renda; estamos tratando, pois, de um tipo de renda que se conhece como renda diferencial.

Dessa maneira, a terra de pior qualidade é a que determina a taxa de lucro do setor agrícola. Já vimos que, por ser o setor agrícola um setor homotético, sua taxa de lucro fica determinada independente dos preços relativos. Por isso, alterações nestes não afetam a magnitude dela. Se o pressuposto básico é a existência de uniformidade da taxa de lucro, a taxa de lucro de cada um dos demais setores, quando diferentes daquela do setor agrícola, terão de ajustar-se e isso devido à concorrência e à mobilidade dos capitais. O mecanismo desse ajuste é a modificação dos preços relativos. Dessa forma, todos os setores não agrícolas, através da mudança em seus preços relativos, ajustarão sempre suas taxas de lucro à do setor agrícola, garantindo a referida condição de uniformidade.

Estamos frente ao que poderíamos denominar *efeito renda*: com o aumento da população e o crescimento econômico, parcela crescente do excedente físico deixa de ser apropriado pelo capital e se transforma em renda fundiária, apropriada pelos donos da terra. Como consequência, o crescimento econômico implica uma progressiva redução da taxa de lucro dos capitais e elevação da riqueza apropriada pelos possuidores de terra.

### **Sobre o que denominamos “efeito preço”**

Os proprietários da terra, além de se beneficiarem de um cada vez maior volume de renda fundiária, em termos físicos, beneficiam-se também de outro resultado do crescimento econômico. É o que afirma Ricardo. Com o aumento da produção agrícola e com a crescente dificuldade de produzir esses bens, em razão do uso de terras cada vez menos adequadas, os preços relativos de seus produtos tendem a elevar-se. Dessa maneira, os donos da terra beneficiam-se pelos dois lados: pela crescente renda fundiária em termos físicos e, adicionalmente, pelos crescentes preços dos bens agrícolas que formam o conteúdo da renda que recebem dos empresários capitalistas.

A partir da referência de Ricardo às variações dos preços relativos, é possível fazer-lhe uma crítica relevante, que é o que passamos a explicar.

A suposição de que o setor agrícola apresenta homogeneidade insumo/produto e que, por tanto, é um setor homotético, constitui obviamente uma simplificação excessiva da realidade. Sem dúvida, é indispensável considerar, entre os insumos do setor agrícola, a existência de produtos do setor manufatureiro. Estes, ao lado dos que se originam do próprio setor agrícola, são elementos materiais que compõe seu

capital, não só de sua parte constante (nas palavras de Marx), mas também da variável. Afinal, na cesta de consumo dos trabalhadores agrícolas entram direta ou indiretamente bens manufaturados.

Pois bem, abandonemos agora, por ser muito irreal, a suposição de homogeneidade insumo/produto no setor agrícola. Nessas condições, a conclusão de Ricardo de que os preços agrícolas tendem, com o crescimento econômico, a elevar-se em relação aos dos produtos dos demais setores implicará um problema para sua teoria, como veremos agora.

A taxa de lucro dos capitais que operam na agricultura, com o abandono da suposição de homoteticidade, não pode mais ser calculada em termos físicos: ela não é mais independente dos preços. Com o crescimento econômico e a progressiva maior dificuldade de produzir bens agrícolas, seus preços elevam-se e isso terá um efeito positivo sobre a taxa de lucro do setor: é o *efeito preço*.

Explicando melhor: a elevação do preço do cereal significa que seu preço relativo se elevou em relação aos outros produtos, em particular aos do setor manufatureiro. Como no setor agrícola o produto teve preço majorado em relação a alguns de seus insumos, sua taxa de lucro tenderá a aumentar.

*“A mesma variação (de preços, RC) atua ... de forma favorável sobre a taxa de lucro uma vez que, levando-se em conta que na agricultura o lucro é constituído pelo cereal, ao passo que o capital constitui-se apenas em parte pelo cereal, a relação entre lucro e capital aumenta quando aumenta o preço do cereal em face dos demais meios de produção”.* (Napoleoni, 1983, p. 91)

Chegamos então a uma dificuldade. Por um lado temos o efeito renda: com o crescimento econômico (crescimento da população e da produção de alimentos, com o conseqüente uso de terras cada vez menos adequadas), tende a diminuir a taxa de lucro do sistema, em razão da elevação da renda fundiária. Por outro lado, temos o efeito preço. Que implicação tem esse efeito sobre a taxa de lucro da economia? A taxa de lucro do setor agrícola tende a crescer e, como conseqüência, também cresce a taxa geral da economia. Os dois efeitos são opostos.

O problema que se apresenta agora é: qual dos dois efeitos prevalece? Ou melhor, qual dos dois é mais forte para determinar o destino da taxa de lucro da economia? E esse não é um problema menor, pois, para Ricardo, a taxa de lucro é a variável chave que determina o ritmo do crescimento econômico, da capacidade de produção de riqueza.

É bem verdade que a concepção de Ricardo sobre riqueza e excedente, entendendo-os singelamente como um conjunto heterogêneo de bens, sugeria-lhe que, se os salários são fixos e se a tecnologia não se altera, uma elevação da renda fundiária deve, necessariamente, produzir uma redução na taxa de lucro. No entanto, não era suficiente essa intuição; seria necessária uma demonstração teórica desse fato. O efeito preço, observado na agricultura como setor não homotético, impedia tal demonstração. Colocava-se como indispensável construir uma teoria dos preços, de maneira a poder determinar se o efeito preço efetivamente não seria suficiente para contrabalançar o efeito renda.

Por essa razão, Ricardo sente a necessidade de enfrentar-se ao problema teórico da determinação dos preços relativos. Toma consciência da necessidade de estudar o que denomina valor. Lança-se nessa tarefa teórica e, como resultado desse ponto de partida, surge sua principal obra: *Princípios de Economia Política e Tributação*. Suas dificuldades continuarão.

## **A teoria ricardiana do valor como teoria dos preços relativos**

Talvez facilite nosso trabalho se fizermos um resumo do que terminou sendo a teoria do valor de Ricardo, na sua última versão, na terceira edição dos Princípios.

Dois detalhes iniciais, já mencionados aqui, são fundamentais para que se entenda adequadamente essa teoria. Em primeiro lugar, a questão econômica chave para Ricardo é a distribuição e, em particular, a taxa geral de lucro (a determinação do seu nível), pois é ela que determina o crescimento econômico. Em segundo lugar, a suposição que sempre estará presente em sua preocupação com o valor das mercadorias é a da uniformidade da taxa de lucro: todos os setores econômicos e todas as empresas devem ter a mesma taxa de lucro.

Riqueza e valor são tratados como conceitos totalmente diferentes, pelo menos explicitamente no texto de seus escritos. Enquanto a riqueza está associada à abundância e é entendida como um conjunto heterogêneo de bens, o valor depende da dificuldade de produzir-se a mercadoria, em particular da quantidade de trabalho. Dada uma determinada quantidade deste, a riqueza pode crescer com o avanço tecnológico e conseqüente aumento da sua produtividade; a magnitude do valor, não.

Para Ricardo, pelo menos explicitamente, o valor é sempre preço relativo (valor relativo ou valor de troca) e sua teoria do valor resume-se basicamente a encontrar os fatores que determinam os preços relativos das mercadorias.

A teoria ricardiana do valor sustenta, na forma como aparece expressa pelo autor, que os preços relativos das mercadorias estão determinados fundamentalmente pela quantidade de trabalho incorporado nas mercadorias, mas sofrem alterações em razão de variações salariais, dada a existência de diferentes estruturas nos diversos capitais existentes na economia. Elevações de salário implicam redução da taxa geral de lucro, mas afetam diferencialmente as empresas, em razão de suas diferentes estruturas de capital. Assim, as taxas de lucro desajustam-se e, para se obter novamente a uniformidade, é necessário um reajuste na estrutura dos preços relativos.

Esse é o resumo que podemos adiantar e, agora, discutamos alguns dos pontos relevantes dessa teoria.

## **A teoria ricardiana do valor em discussão**

Na época de Ricardo, não seria possível construir uma nova teoria do valor,

sem que o ponto de partida fosse uma crítica à perspectiva de Adam Smith. Isso em virtude do reconhecimento que A Riqueza das Nações desfrutava, então, entre os diferentes autores. Além disso, a concepção ricardiana sobre a natureza física e heterogênea da riqueza e do excedente, na nossa opinião, impunha-lhe não aceitar como válidas as conclusões smithianas sobre a determinação do valor pela soma de remunerações e a sua medida pelo trabalho comandado.

Por uma ou por outra razão, o fato é que a obra ricardiana parte de uma crítica radical à teoria do valor de Adam Smith. O próprio Ricardo sente-se na obrigação de desculpar-se por isso, já no prefácio dos Princípios:

*“Para combater opiniões aceitas, o autor julgou necessário assinalar mais particularmente aquelas passagens das obras de Adam Smith com as quais não está de acordo. Mas espera que não se pense, por esse motivo, que ele não participe, juntamente com todos aqueles que reconhecem a importância da Economia Política, da admiração que com justiça desperta a profunda obra desse celebrado autor”.* (Ricardo, 1982, p. 40)

Já tivemos oportunidade de discutir as críticas que Ricardo apresentou à teoria smithiana e de mostrar o quanto foram incorretas e até injustas (Carcanholo, 1991, 1997 e 1998). Não as relembremos aqui; apenas mencionaremos, pois nos interessa para o propósito deste trabalho, que Ricardo entendia (e, na verdade, de maneira equivocada) que, na teoria de Smith, uma elevação dos salários resultaria em uma elevação no valor das mercadorias e não em uma redução dos lucros.

Essa conclusão lhe era inaceitável. Se partimos da idéia ricardiana de natureza física do excedente e da riqueza, alterações na distribuição da renda não podem alterar a magnitude deles, nem da riqueza e nem do excedente (se os salários fossem entendidos aqui, como em Sraffa, como parte do excedente). É por isso, na nossa opinião, que Ricardo não pode admitir a idéia smithiana de trabalho comandado, nem a de que o valor fique determinado por soma de remunerações.

É verdade que Ricardo, como já dissemos, faz explicitamente uma radical e inflexível distinção entre riqueza e valor, diferenciando-se, assim, tanto de Smith e de Say (Cf. o cap. XX dos Princípios), quanto de Marx. Tivemos oportunidade de mostrar em outro lugar a genialidade de Smith que, mesmo não dispondo da perspectiva dialética do mundo, foi capaz de perceber a bidimensionalidade da riqueza capitalista (Carcanholo, 1991 e 1998). É verdade que só em Marx essa bidimensionalidade ganha os adequados contornos dialéticos, mas a postura



smithiana, por anterior, sugere a pobreza do pensamento formal de Ricardo e o retrocesso que a concepção ingênua de riqueza, como conjunto heterogêneo de bens, implicou para o desenvolvimento da economia política crítica.

No entanto, parece-nos que, apesar da mencionada distinção entre valor e riqueza, a obsessiva busca da mercadoria padrão por Ricardo, e a idéia de valor absoluto que está associado a ela, relaciona-se com um inconsciente desejo seu de utilizar o valor como medida da riqueza. Voltaremos a esse assunto com mais detalhe depois.

Por ora, fiquemos com a idéia de que, justamente por ser o volume total de riqueza (concebida como física) constante, o valor para Ricardo não pode sofrer alterações frente a mudanças nos salários.

Assim, não aceitando o princípio da soma de remunerações de Smith como determinante do valor e do trabalho comandado como sua medida, que alternativas lhe restavam a Ricardo? Não tinha muitas opções. Nessas condições, chegar a sustentar que era o trabalho incorporado o que determina os preços relativos era um passo muito pequeno. E isso é o que ele faz já no título da primeira seção do capítulo I de Os Princípios:

*“O valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor remuneração que é paga por esse trabalho”.* (Ricardo, 1982, p. 43)

Dessa maneira, na sua exposição final e mais acabada, na 3ª edição dos Princípios, inicialmente as alterações na distribuição, em particular nos salários, não modificam os preços relativos, isto é, os valores das mercadorias; eles dependem do trabalho incorporado nas mesmas. Isso significa que os preços relativos de duas mercadorias quaisquer deveriam ser proporcionais aos trabalhos contidos nelas e que mercadorias produzidas com a mesma quantidade de trabalho teriam valores iguais. Mas isso só inicialmente, pois a continuação e no mesmo capítulo, a idéia de Ricardo se altera: modificações salariais são entendidas como uma segunda causa para a variação dos valores, embora não tão significativa quanto o trabalho incorporado.

Não há dúvidas de que se trata, mesmo nessa exposição final, de um texto confuso; as idéias são confusas. Talvez a interpretação mais aceitável sobre essa dificuldade na exposição ricardiana sobre o valor seja a de Hunt, que sustenta que o trabalho só aparece como determinante numa primeira aproximação:

*"Ricardo formulou a teoria, apresentando-a, primeiro, como a hipótese simplificada de que os preços das mercadorias eram estritamente proporcionais ao trabalho nelas empregado, durante o processo produtivo. Depois, descreveu com algum detalhe como este princípio simples teria que ser modificado, devido a uma variedade de circunstâncias especiais. Acreditava que estas modificações fossem inteiramente explicáveis de modo sistemático e coerente e que portanto, não constituíam argumentos contra a teoria do valor-trabalho, mas que mostravam, isto sim, a complexidade e o realismo da teoria." (Hunt, 1987, p. 119)*

O problema que se apresenta para Ricardo, ao sustentar inicialmente que os preços relativos são exatamente proporcionais aos trabalhos incorporados, como já dissemos, está relacionado com a suposição de permanência da uniformidade da taxa de lucro nos diferentes setores e nas diferentes empresas. É até intuitivo que uma modificação salarial, supondo a renda fundiária igual a zero (ou, pelo menos, constante) implicará uma alteração inversa na taxa geral de lucro. Como as empresas operam com diferentes estruturas de capital (em particular, com diferentes proporções de salário no capital total), algumas serão mais afetadas que outras por uma, por exemplo, elevação dos salários. Assim, as taxas de lucro tenderão a diferenciar-se, favorecendo aquelas empresas com menor proporção de salários no seu capital. Para que se alcance novamente a uniformidade da taxa de lucro, é necessário um reajuste na estrutura global dos preços relativos, fazendo com que alguns preços se elevem e outros baixem. Dessa forma, uma proporcionalidade preços/trabalho incorporado, caso existisse, desapareceria.

De fato, na seção IV do cap. I dos Princípios, em que introduz a existência de diferentes estruturas do capital nos distintos setores econômicos, Ricardo sente necessidade de modificar suas afirmações iniciais. No próprio título da seção afirma:

*"O princípio de que a quantidade de trabalho empregada na produção de mercadorias regula seu valor relativo é consideravelmente modificado pelo emprego de maquinaria e de outros capitais fixos e duráveis". (Ricardo, 1982, p. 52)*

Na seção seguinte do mesmo capítulo, a questão é reforçada com a introdução das diferentes "durabilidades do capital" e do desigual "tempo de retorno" e que, na terminologia e na análise (embora quase desconhecida, mas muito mais precisa de Marx) resume-se a diferentes tempos de rotação das distintas partes componentes da

magnitude do capital. Na verdade, a conclusão de Ricardo é bem conhecida:

*“... convém observar que Adam Smith e todos os autores que o seguiram, sem nenhuma exceção que eu saiba, sustentaram que um aumento no preço do trabalho seria uniformemente acompanhado por um aumento no preço de todas as mercadorias. Espero ter conseguido mostrar que tal concepção não tem fundamento, e que só aumentariam aquelas mercadorias nas quais se utiliza menos capital fixo que na medida-padrão pela qual se estima o preço, e que todas aquelas nas quais se empregasse mais capital fixo teriam seu preço positivamente reduzido quando os salários aumentassem. Ao contrário, se os salários diminuíssem ...”* (Ricardo, 1982, p. 35)

É dessa maneira que Ricardo se sente obrigado a abandonar sua idéia inicial de que as alterações na distribuição da renda não alteram os preços:

*"Essa diferença no grau de durabilidade do K fixo e as variações nas proporções em que se pode combinar os dois tipos de capital introduzem outra causa, além da maior ou menor quantidade de trabalho necessária à produção de mercadorias, das variações do valor relativo das mesmas: esta causa é o aumento ou redução do valor do trabalho."* (Ricardo, 1982, p. 53)

Logo mais poderemos mostrar que, colocado o assunto nesses termos, esconde-se, na verdade, a questão principal da economia política. Veremos que, como já assinalara o criticado Smith, o que está por trás de tudo isso é que, na sociedade capitalista, com a acumulação de capital e com a exigência deste de lucros (e a suposição teórica normalmente é a da uniformidade da taxa de lucro), os preços não podem ser proporcionais aos trabalhos incorporados.

### **A mercadoria padrão**

A verdade é que a ansiosa busca de uma mercadoria padrão, ou das condições para sua existência, por parte de Ricardo, é algo que deve intrigar qualquer leitor com alguma informação sobre a teoria do valor. Qual é o objetivo de determinar com precisão essas condições?

Talvez, justamente do anterior, isto é, da variabilidade dos preços em função de alterações nos salários, derive a maior relevância do conceito ricardiano de mercadoria padrão, pelo menos tal como aparece apresentado na terceira edição dos *Princípios*.

É verdade que, nas duas primeiras edições, a questão das variações salariais,

como fator de alteração dos preços, apresenta-se de maneira diferente e ali, a mercadoria padrão deve responder a uma preocupação distinta. É provável que esteja relacionada com a crítica que Ricardo faz a Smith sobre o uso do trabalho como medida do valor. Nela, o argumento de Ricardo é de que, como os salários podem variar, varia o valor do trabalho. Como sabemos, na teoria de Smith a variação salarial é entendida como uma modificação inversa no valor dos bens que compram o trabalho (isto é, dos bens-salário).

Apesar disso, não é fora de propósito pensar que, na terceira edição de sua obra, Ricardo tenha atribuído outro e mais importante objetivo à questão da mercadoria padrão e a tenha pensado como uma salvação para a dificuldade de sustentar a teoria do valor-trabalho frente aos efeitos, sobre os preços relativos, das modificações salariais. Essa é nossa interpretação.

No entanto, Sraffa dá uma resposta diferente e que é a seguinte:

*“... o problema que mais o interessou não era o de encontrar uma mercadoria real que medisse com precisão o valor do trigo ou da prata em diferentes épocas ou lugares, mas sim o de encontrar as condições que uma mercadoria teria de satisfazer para ter um valor invariável – e nisso quase chegou a identificar o problema da medida com o da lei do valor”.* (Sraffa, 1982, p. 20)

E, em seguida, cita uma carta de Ricardo a McCulloch de 21/08/1823: *“Não é claro, então, que assim que obtivermos o conhecimento das circunstâncias que determinam o valor das mercadorias estaremos em condições de dizer o que é necessário para contar com uma medida invariável do valor?”.*

A interpretação de Sraffa teria mais força se a carta de Ricardo fizesse a pergunta de maneira invertida (se encontrássemos as condições para que uma mercadoria tivesse valor invariável, não teríamos descoberto os determinantes do valor?); mas não o faz.

Sem poder afirmar que essa interpretação de Sraffa seja desprovida de lógica e independente do anterior, a nossa é diferente. Apresentando-a de outra maneira, acreditamos que a angustiante busca de uma mercadoria padrão por parte de Ricardo ou, o que aqui é a mesma coisa, das condições para encontrar uma medida invariável, está relacionada com uma associação talvez inconsciente desse autor: se a riqueza é invariável frente às variações na sua distribuição - e isso por ser a riqueza algo físico, material -, o valor tampouco deveria alterar-se frente a variações salariais. É

justamente essa associação que explicaria o vigor da recusa ricardiana em aceitar a teoria de Smith de que o trabalho comandado é a medida do valor e que este se altere com uma mudança salarial.

Se, de fato existe essa associação riqueza/valor, no obscuro pensar ricardiano, o valor deveria estar totalmente determinado pelo trabalho incorporado (e essa é a afirmação categórica de Ricardo na primeira parte do cap. I dos Princípios). Como isso não é possível devido às diferentes estruturas dos capitais e à suposição de uniformidade da taxa de lucro, talvez pudéssemos nos contentar com uma mercadoria que, funcionando como padrão, permitisse que, pelo menos no total, a soma dos valores relativos permanecesse constante.

Assim, na 3ª edição dos Princípios, a mercadoria a ser escolhida como padrão deveria ser tal que, frente a mudanças nos salários, os preços relativos que se elevam deveriam ver-se compensados precisamente pelos que diminuem, de maneira que, no total, a soma dos preços relativos de todas as mercadorias da economia, medidos por aquele padrão, não se alterasse. Seria uma forma de sair honrosamente do embate com Smith: os preços alteram-se (Smith tem razão), mas uns sobem e outros descem (Smith não tem razão) e, no total, os preços permanecem (Smith equivocou-se totalmente) .

Depois da radical crítica acadêmica a Smith, apresentada no início do primeiro capítulo dos Princípios, a saída anterior pode até ser considerada honrosa, mas não é aceitável. Talvez justamente por isso e dessa maneira possa ser entendida a passagem de Ricardo que insinua pensar em uma mercadoria padrão para cada uma das mercadorias existentes na sociedade. Com isso, todos os seus preços estariam a salvo de alterações frente a mudanças na distribuição.

É verdade que pensar uma mercadoria padrão dessa forma é um completo despropósito; muito mais para uma mente, como a de Ricardo, com profundo domínio da lógica formal. Mas é o que ali aparece no interior do capítulo I dos Princípios, na sua terceira edição. Vejamos. Ele estava analisando as dificuldades que implicaria usar o ouro como a mercadoria padrão e mostrando que a quantidade de trabalho na produção dessa mercadoria varia, em particular, devido a inovações em sua extração/produção e, então, afirma:

“Supondo-se inexistente essa variação e, portanto, que se necessita sempre a mesma quantidade de trabalho para obter a mesma quantidade de ouro, ainda assim o ouro não será uma medida perfeita de valor pela qual possamos, com exatidão,

determinar as variações em todos os outros produtos, pois ele não seria produzido precisamente com as mesmas combinações de capital fixo e capital circulante que seriam utilizadas em todos os demais; nem com capital fixo da mesma durabilidade; nem demoraria exatamente o mesmo tempo para ser colocado no mercado. Seria uma medida de valor perfeita para todas as coisas produzidas sob as mesmas circunstâncias em que ele próprio é produzido, mas para nenhum outro”. (Ricardo, 1982, pp. 59 e 60)

O que ele quer, então? Uma mercadoria padrão que seja produzida nas mesmas condições que cada uma das demais, sendo que cada uma delas se produz com estruturas diferentes de capital? Quer uma mercadoria padrão para cada uma das diferentes mercadorias, produzidas por capitais com distintas estruturas, mas que servisse como a mercadoria padrão de todo o sistema? Assim, convenhamos, cada mercadoria seria padrão de si mesma e a idéia de mercadoria padrão tornar-se-ia um *non sense*.

Mas, mesmo ficando com um conceito não irracional de mercadoria padrão, imaginando-a como aquela cuja quantidade de trabalho é invariável e que é produzida por um capital com estrutura média em relação aos três mencionados fatores, poderíamos nos atrever a dizer que muitas das hesitações de Ricardo derivam de sua dificuldade em encontrar uma mercadoria real que fosse aceitável para esse papel. Ricardo dedicou-se, no resto de sua vida, entre outras coisas, a encontrá-la e morreu frustrado. É verdade que, seu seguidor, Sraffa, resolveu o problema com a mercadoria padrão composta por determinadas proporções de mercadorias básicas. Mas sua solução padece de sérias debilidades, que o próprio Ricardo ficaria insatisfeito. Baste dizer que qualquer modificação tecnológica, em qualquer empresa do sistema, por menor que sejam, faria com que a mercadoria padrão, antes escolhida, deixasse de servir. Assim, temos uma mercadoria padrão, mas só funciona para cada instante infinitesimal do tempo.

Mas, façamos uma concessão e esqueçamos essas limitações. Em algo poderíamos avançar se considerássemos a mercadoria padrão, mas com uma pequena mudança na sua definição. Se, ao invés de ser produzida sempre com a mesma quantidade de trabalho, sua produção sofresse alterações na produtividade do trabalho sempre igual à média das alterações da produtividade nas outras mercadorias. Ela ganharia uma qualidade adicional: a de ser medida adequada, dentro da perspectiva de Ricardo, para a riqueza.

Dessa maneira, não só o valor ficaria, no conjunto da produção, invariável frente a alterações na distribuição, como seria capaz de funcionar como medida adequada da riqueza econômica, invalidando a preocupação de Ricardo expressa no cap. XX dos Princípios, pois, agora, no mesmo tempo de trabalho, com um aumento na sua produtividade, aumentaria a riqueza física produzida como também, na mesma proporção, o valor medido pela mercadoria padrão. O “valor absoluto” de Ricardo, isto é, o valor relativo das mercadorias em relação à mercadoria padrão redefinida por nós, seria a própria magnitude da riqueza representada pelas mercadorias. E ficaria assim estabelecido mais um aspecto das hesitações de Ricardo na sua teoria do valor.

### **E a crítica ricardiana a Smith revela-se equivocada**

Voltemos, neste momento, ao assunto da forma como Ricardo expressa sua grande dificuldade: modificações salariais alteram os preços relativos em razão da existência de capitais com diferentes estruturas. Trata-se de uma maneira enganosa de apresentar o problema.

Para mostrar a questão de maneira mais acertada, partamos de uma situação na que especificamente os preços sejam rigorosamente proporcionais aos trabalhos incorporados. Como corretamente aponta Ricardo, devido à existência de diferentes estruturas dos capitais, qualquer mudança nos salários faz com que os preços, em maior ou menor medida, se alterem, deixando de ser proporcionais, não importa se sobem ou se baixam; só assim se restabelece a uniformidade da taxa de lucro.

Se prestarmos bem a atenção sobre o fato, podemos constatar que só haverá um nível geral de salários para o qual os preços serão proporcionais aos trabalhos incorporados, pois qualquer mudança nesse nível, por menor que seja, implicará alterações nos preços. De maneira nenhuma existirão dois ou mais níveis salariais compatíveis com aquela proporcionalidade.

Em outras palavras e para reforçar o anterior, podemos dizer que existe um único nível de salários, como proporção de toda a riqueza nova produzida, que garante a uniformidade da taxa de lucro, em condições de preços determinados pelos trabalhos incorporados. E agora podemos nos perguntar: será possível saber qual é esse nível de salários?

Uma coisa é certa, se elevarmos progressivamente os salários, a partir de um determinado nível, a taxa geral de lucro irá se reduzindo na mesma forma e haverá um momento em que (supondo renda fundiária igual a zero ou, caso contrário, pelo

menos constante) ela será igual a zero. Obviamente, assim, quando ela for exatamente igual a zero, necessariamente haverá uniformidade da taxa de lucro se os preços forem proporcionais aos trabalhos incorporados, isto é, todos os capitais terão taxa de lucro nula.

Quaisquer outros preços determinariam lucros positivos para alguns setores (ou empresas) e negativos para outros (as). Qual é, então nossa conclusão? Ela reconhece a total correção das afirmações de Smith nesse sentido: só no “estágio antigo e primitivo” da sociedade, quando ainda não haviam sido acumulados os “fundos” ou “patrimônio”, os preços ficavam determinados pelos trabalhos incorporados. Assim, ironicamente, depois de toda a crítica de Ricardo e partindo de suas próprias conclusões, chegamos à confirmação de que Smith tinha toda a razão e, dessa maneira, a crítica que se lhe fazia (de possuir duas diferentes teorias do valor e de confundir, muitas vezes, trabalho contido com comandado) se desintegra totalmente. Tudo indica, no entanto e lamentavelmente, que Ricardo não se deu conta disso.

Assim, a teoria ricardiana do valor é um completo fracasso. A própria constatação do autor de que os preços não podem ser direta e totalmente determinados pelo trabalho contido é distorcida. Para ele, não é que as diferentes estruturas dos capitais impedem essa proporcionalidade sempre (salvo no caso limite e irreal de salários tais que a taxa de lucro seja igual a zero), para ele essas diferentes estruturas *“introduzem outra causa, além da maior ou menor quantidade de trabalho necessária à produção de mercadorias, das variações do valor relativo das mesmas: esta causa é o aumento ou redução do valor do trabalho.”* (Ricardo, 1982, p. 53). Dessa maneira, podemos afirmar categoricamente: Ricardo está errado. Não é que variações salariais constituam uma outra causa, embora de menor relevância, para variações do valor das mercadorias. Em nenhuma circunstância plausível, no capitalismo, os preços (ou valores como ele chama) podem ser proporcionais aos trabalhos incorporados. E essa já era uma constatação de Smith, criticada por Ricardo; foi também, posteriormente uma conclusão de Marx com o seu conceito de preço de produção.

Ricardo não tem, no que se refere à teoria do valor, conclusões positivas. Apesar de não encontrar uma resposta satisfatória para a determinação do valor e de haver se atrapalhado nas suas deduções, talvez tenha um mérito teórico ou, se mais de um, talvez esse seja seu mérito maior: demonstrou, de maneira definitiva, inequívoca,



que, supondo uniformidade da taxa de lucro ou qualquer outra distribuição dos lucros entre os capitais (salvo se os lucros fosse proporcionais aos salários pagos), os preços das mercadorias não podem estar direta e imediatamente determinados pelo trabalho incorporado. Com ele, a idéia de preços proporcionais ao trabalho, dentro do capitalismo, ficou definitivamente abandonada.

É verdade que tal idéia já se encontra morta e sepultada desde a Riqueza das Nações, mas seu autor, Adam Smith, não chegou a explicitar com detalhe e de maneira conclusiva as razões para tal fato. Essa tarefa ficou, na história do pensamento econômico, reservada para Ricardo e talvez aí se encontre sua maior contribuição: não algo de positivo, que ele tenha proposto como resposta a uma questão teórica relevante, mas de negativo (a demonstração da impossibilidade do trabalho como explicação direta e imediata dos preços das mercadorias).

Sem dúvida, Marx se utilizou e é tributário dessas conclusões de Ricardo: deu a maior importância ao conceito de composição orgânica do capital (que aparece na teoria ricardiana como proporção entre capital fixo e circulante) e dedicou grande parte do livro II de O Capital aos problemas da circulação e rotação do capital (a mesma questão, como já dissemos, denominada por Ricardo “durabilidade do capital fixo” e “tempo em que a mercadoria tarda ao chegar ao mercado”). Enquanto Marx dedicou muitos capítulos a esses temas, Ricardo ficou limitado a duas ou três pequenas seções do capítulo I dos seus Princípios.

## **Palavras Finais**

Afinal, o que resta da “teoria do valor trabalho” de Ricardo? E a resposta só pode ser: muito pouco em termos positivos! Napoleoni refere-se a isso da seguinte maneira:

*“Tendo de fazer frente às dificuldades da teoria do valor-trabalho. Ricardo não consegue tomar outro partido senão contentar-se com uma determinação apenas aproximada do valor de troca”.* (Napoleoni, 1983, p. 108)

Que pobreza teórica! E o próprio Napoleoni conclui:

*“Assim como é obvio que numa questão desse tipo a simples aproximação não pode ser tolerada ..., a investigação ricardiana deve ser considerada equivocada”.* (Napoleoni, 1983, p. 109)

Nem mesmo a questão colocada mais acima, apresentada por Ricardo no Ensaio, sobre qual dos dois efeitos predominava (o efeito renda e o efeito preço)

pode, com as indefinições sobre a determinação do valor, ser solucionada.

O interessante a ser destacado aqui é que, apesar de tudo, a teoria ricardiana continua desfrutando de certo prestígio, pelo menos em certos setores da economia crítica e até em economistas que apresentam certa simpatia por Marx.

É verdade que Ricardo, logo depois de sua morte, foi dura e generalizadamente criticado, em particular no que se refere à sua teoria do valor. Mas essa contestação teve origem conservadora e teve como motivação muito mais o fato de que sua teoria apresentava, então, a possibilidade de uso político perigoso por parte de alguns economistas radicais (Cf. Dobb, 1976, p. 111 e seguintes e também Meek, 1971).

Por outro lado e talvez pela mesma razão, justifique-se a posição de Marx ao enfrentar-se às confusões de Ricardo. Sua postura benevolente no que se refere à teoria ricardiana do valor e a injustiça que em certa medida comete contra Smith, deve ter algo de político e transcender, em grande medida, o simplesmente teórico.

Marx e sobretudo mais recentemente Sraffa são sem dúvida responsáveis pelo prestígio que ainda desfruta Ricardo, apesar de todas as suas confusões, hesitações e incoerências.

É curioso constatar que, sem debilidades teóricas similares e, com uma teoria coerente, bem estruturada e sólida, com características que lhe permitem dar conta, com profundidade, da natureza, da fisiologia, das contradições, do desenvolvimento e das potencialidades e perspectivas da economia capitalista, a teoria marxista do valor seja alvo hoje, como tem sido desde sempre, das críticas mais agressivas. Em particular, a problemática dos preços de produção tem sido vítima de ingentes esforços para mostrar as supostas dificuldades de Marx. Seus próprios defensores, na nossa opinião, mais dificultam a compreensão do substantivo da problemática, que permitem avançar. E essa crítica, pelo menos no que se refere à teoria dos preços de produção, tem encontrado a maioria de seus militantes entre aqueles que se colocam como anticonservadores. Como seria então essa fúria contra a teoria de Marx, se ela apresentasse, pelo menos em parte, debilidades similares às da teoria ricardiana do valor?

É verdade que Ricardo tem sido menos lembrado ultimamente, mesmo na sua versão sraffiana, mais radical por relegar a quase nada o papel teórico do trabalho. No entanto, nessa versão, de maneira consciente ou não, continua influenciando, e muito, amplos setores do pensamento crítico em economia. Afinal, aqueles que querem ser

críticos, mas nem tanto, precisam de alguma sustentação teórica de última instância. É uma forma cômoda de não se render à profundidade do pensamento de Marx.

Sem dúvida, a crítica teórica tem muito mais de ideologia e política que de teoria. Mas isso não é nenhuma novidade: Ciência e Ideologia sempre estiveram juntas.

## **Referências Bibliográficas**

- BLAUG, Mark (1989). **História do pensamento econômico**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 837p. (Título original: Economic Theory in Retrospect).
- CARCANHOLO, Reinaldo A. (1983). La teoría del valor trabajo y los precios de mercado. In: Lopez Días, Pedro (Org) - **El Capital, Teoría, Estructura y Método** (4º volumen). México: Ediciones de Cultura Popular / División de Estudios de Postgrado de la Facultad de Economía, UNAM, p. 225-271 .
- CARCANHOLO, Reinaldo A. (1991). O valor, a riqueza e a teoria de SMITH. **Análise Econômica**. Porto Alegre: URGs, ano 9, nº 15, p. 183-205.
- CARCANHOLO, Reinaldo A. (1997). Determinação inequívoca do valor e da distribuição em Smith. In: **Anais do II Encontro Nacional de Economia Política**. São Paulo: SEP - PUC/SP, p. 192 a 209.
- CARCANHOLO, Reinaldo A. (1998) Uma interpretação anti-ricardiana da teoria do valor em Adam Smith. **Revista Economia – Ensaios**. Uberlândia: UFU, v. 12, nº 2 - v. 13, nº 1, pp. 153-180.
- CARCANHOLO, Reinaldo A. (2000) O paradoxo da desigualdade dos iguais: incompreensões ricardianas sobre os preços de produção. **Revista Perspectiva Econômica**. Vitória: UFES, ano I, volume I, número 0., p. 229-259.
- CARCANHOLO, Reinaldo A. (2001) As várias dimensões da dissimulação da origem da mais-valia (versão preliminar). **VI Encontro Nacional de Economia Política**. São Paulo: SEP, 13 a 15 de junho de 2001. Anais em CD-Rom.
- CARTELIER, Jean (1981). **Excedente y reproducción. La formación de la economía política clásica**. México: Fondo de Cultura Económica, 364p.
- COUTINHO, Maurício C. (1993). **Lições de economia política clássica**. São Paulo: Hucitec, 220p.
- DOBB, Maurice (1976). **Teorías del valor y de la distribución desde Adam Smith**. Buenos Aires: Siglo XXI, 329p.

- GUERRERO, Diego (1977). **Historia el pensamiento económico heterodoxo**. Madrid: Editorial Trotta, 276p.
- HOLLANDER, Samuel (1988). **La economía de David Ricardo**. México: Fondo de Cultura Económica, 677p.
- HUNT, E.K. (1987). **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 518p.
- MEEK, Ronald L. (1971). **Economia e ideologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 288p.
- NAPOLEONI, Cláudio (1975) Prólogo a la segunda edición. In: BIANCHI, Marina. **La teoría del valor desde los clásicos a Marx**. Madrid: Alberto Corazón Editor, p. 7-13.
- NAPOLEONI, Cláudio (1983). **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro: Graal, 239p.
- RICARDO, David (1973). **Principios de economía política y tributación**. México: FCE, 332p.
- RICARDO, David (1982). **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 286p.
- RICARDO, David. (1983a) Ensaio acerca da influência do baixo preço do cereal sobre os lucros do capital (Ensaio sobre o preço do trigo). In: NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, p. 195-225.
- RICARDO, David. (1983b) Valor absoluto e valor de troca. In: NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, p. 226-239.
- SMITH, Adam (1983). **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 765p.
- SRAFFA, P. (1976). **Produção de mercadorias por meio de mercadorias**. In: **Keynes, Kalecky, Sraffa, Robinson**. Coleção Os Economistas, tomo 47. São Paulo: Abril Cultural.
- SRAFFA, P. (1982) Introdução. In: RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, p. 3-35.
- STIGLER, George J. (1979). **Historia del pensamiento económico**. Buenos Aires: Editorial El Ateneo, 230p.

## Ricardo e o fracasso de uma teoria do valor

- versão preliminar -

Reinaldo A. Carcanholo

## RESUMO

*Apresenta-se uma reinterpretação da teoria ricardiana do valor, mostrando suas inconsistências e insuficiências. O esforço de Ricardo pouco de substancial e positivo agrega em defesa da perspectiva de ser o valor determinado pelo trabalho contido. Suas contribuições, que Marx acolhe e desenvolve muito mais, referem-se, na verdade, aos motivos pelos quais, no capitalismo, os preços jamais podem ser proporcionais ao trabalho incorporado. Dada a debilidade teórica constatada, sugere-se, para concluir, que o êxito de tal pensamento, entre alguns setores do pensamento crítico, tem caráter ideológico e político.*

## Introdução

Neste trabalho apresentamos uma interpretação sobre a teoria do valor de Ricardo, com alguns elementos novos e que procura entender logicamente o conjunto de suas afirmações contidas tanto no “Ensaio sobre o preço do trigo”, quanto nas três diferentes edições dos “Princípios”, bem como no artigo denominado “Valor absoluto e valor relativo”. Ela se situa entre aquelas que sustentam que Ricardo nunca conseguiu uma solução satisfatória para os problemas que identificou.

O ponto de partida de Ricardo é a crítica da idéia, atribuída equivocadamente a Smith, de que uma elevação salarial eleva o valor das mercadorias e não altera o nível da taxa geral de lucro. É a partir daí que Ricardo adere à determinação dos preços relativos pelo trabalho contido ou incorporado. Nascem, então, as suas vacilações, hesitações e incoerências. Pouco de substancial e positivo agrega em defesa da perspectiva de ser o valor determinado pelo trabalho contido. Suas contribuições, que Marx acolhe e desenvolve muito mais, referem-se, na verdade, aos motivos pelos quais, no capitalismo, os preços jamais podem ser proporcionais ao trabalho incorporado. Marx se utiliza disso entendendo que a grandeza do valor não define diretamente as proporções de troca entre as mercadorias, mas representa a magnitude da riqueza social produzida; para ele, os preços de mercado devem corresponder aos preços de produção, supondo-se uniformidade da taxa de lucro. Depois de tudo, podemos concluir que, afinal, Smith não se equivocava: os preços só são proporcionais às quantidades de trabalho contido nas mercadorias no “estágio antigo e primitivo” (Smith, 1983, p. 77) da sociedade.

Para que não haja dúvidas y surpresa, convém afirmar, desde já, que nossa interpretação – embora se utilize dos avanços obtidos por Sraffa, difere da

apresentada por esse autor – tem como pano de fundo nossa perspectiva de que a teoria de Marx é, em todos os seus aspectos relevantes, insuperável. O fracasso da teoria do valor-trabalho em Ricardo está em pretender construir uma teoria do valor que seja imediatamente uma teoria dos preços e que o trabalho contido seja, de maneira direta, norma de intercâmbio.

### **Aspectos iniciais da teoria ricardiana**

Não é de fácil compreensão a teoria do valor de David Ricardo. E a principal explicação para isso não está no fato de que ele possuía, como é bem sabido e por ele reconhecido explicitamente, dificuldade em expor suas idéias com clareza. Na nossa opinião, o problema encontra-se especialmente na obscuridade de suas próprias idéias, nas vacilações e hesitações que emergem de seus textos e, em particular, nas diferentes versões do primeiro capítulo de sua principal obra: *Princípios de Economia Política e Tributação*.

É bem conhecido o fato de que sua motivação inicial não era científica, mas política; isso fica muito claro no seu artigo “Ensaio sobre o preço do trigo”. Tratava-se de demonstrar que os interesses dos proprietários da terra eram contrários aos do resto da sociedade e que a livre importação de cereais do continente seria favorável aos lucros do capital e, em geral, para a economia inglesa.

### **O Ensaio sobre o preço do trigo e as dificuldades ricardianas**

No referido ensaio, Ricardo apresenta o primeiro esboço de sua teoria econômica que, ao contrário de sua teoria do valor, é de fácil compreensão. Parte da suposição de que os salários reais são constantes e que não são introduzidas inovações tecnológicas na produção. Tais suposições são legítimas, pois o que interessa, para ele, é entender a relação mais abstrata entre a renda da terra e os lucros do capital, ao longo do crescimento econômico.

Sua análise parte de uma sociedade pouco desenvolvida, com população limitada, de maneira que, para que se produza toda a alimentação necessária para ela, ocupa-se somente uma parcela reduzida das terras mais adequadas, todas de uma mesma qualidade. Existe abundância desse tipo de terra e, por isso, elas são livres no sentido econômico: seu uso não exige pagamento de um preço (a renda).

A análise prossegue com a idéia de que a população cresce e também a produção dos alimentos necessários, bem como o capital necessário para isso. O

crescimento dessa produção alcança tal dimensão, que ocorre o esgotamento das terras mais adequadas e, dessa maneira, o capital se vê obrigado a ocupar um tipo de terra de segunda qualidade, seja por menor fertilidade ou por maior distância do mercado consumidor. Assim, o capital na pior terra (tipo B) obtém um excedente físico inferior ao obtido pelo mesmo volume de capital na terra de tipo A.

### **Sobre o que denominamos “efeito renda”**

Se inicialmente supusermos a existência de homogeneidade entre os insumos (ou, o que no caso é a mesma coisa, entre o capital) do setor agrícola e o seu produto (trigo), fica fácil calcular a taxa de lucro daquele capital que opera nas terras do tipo B, uma vez que não depende dos preços relativos do sistema. É óbvio que, se não houvesse a suposta homogeneidade, a taxa de lucro não seria calculável antes de conhecidos os preços dos diferentes componentes do capital e do produto. Um setor com essas características é chamado setor homotético.

A taxa de lucro dos capitais que operam nas terras do tipo B será, assim, menor que a que era obtida (antes do início da utilização desse tipo de terra) pelos capitais que operavam nas do tipo A. Como, na teoria de Ricardo, a uniformidade da taxa de lucro dos diferentes capitais é um pressuposto fundamental, o excedente físico obtido nas terras do tipo A que supere em volume aquele necessário para remunerar o capital que ali opera transformar-se-á em renda da terra, que será apropriada pelos seus proprietários.

Assim, os donos de terras, que se considera como pessoas diferentes dos proprietários do capital, aparecem como aqueles que se apropriam do excedente físico que, nas terras do tipo mais adequado, superam o necessário para pagar aos empresários a taxa média de lucro, definida sempre pela terra de pior qualidade. O crescimento da população segue seu curso. Novas terras serão ocupadas, cada vez menos adequadas. A renda fundiária exigida pelo proprietário de qualquer terra cresce quanto maior a diferença de qualidade ou distância do mercado em relação àquela ocupada que seja a menos adequada. A pior terra não exige renda; estamos tratando, pois, de um tipo de renda que se conhece como renda diferencial.

Dessa maneira, a terra de pior qualidade é a que determina a taxa de lucro do setor agrícola. Já vimos que, por ser o setor agrícola um setor homotético, sua taxa de lucro fica determinada independente dos preços relativos. Por isso, alterações nestes não afetam a magnitude dela. Se o pressuposto básico é a existência de uniformidade

da taxa de lucro, a taxa de lucro de cada um dos demais setores, quando diferentes daquela do setor agrícola, terão de ajustar-se e isso devido à concorrência e à mobilidade dos capitais. O mecanismo desse ajuste é a modificação dos preços relativos. Dessa forma, todos os setores não agrícolas, através da mudança em seus preços relativos, ajustarão sempre suas taxas de lucro à do setor agrícola, garantindo a referida condição de uniformidade.

Estamos frente ao que poderíamos denominar *efeito renda*: com o aumento da população e o crescimento econômico, parcela crescente do excedente físico deixa de ser apropriado pelo capital e se transforma em renda fundiária, apropriada pelos donos da terra. Como consequência, o crescimento econômico implica uma progressiva redução da taxa de lucro dos capitais e elevação da riqueza apropriada pelos possuidores de terra.

### **Sobre o que denominamos “efeito preço”**

Os proprietários da terra, além de se beneficiarem de um cada vez maior volume de renda fundiária, em termos físicos, beneficiam-se também de outro resultado do crescimento econômico. É o que afirma Ricardo. Com o aumento da produção agrícola e com a crescente dificuldade de produzir esses bens, em razão do uso de terras cada vez menos adequadas, os preços relativos de seus produtos tendem a elevar-se. Dessa maneira, os donos da terra beneficiam-se pelos dois lados: pela crescente renda fundiária em termos físicos e, adicionalmente, pelos crescentes preços dos bens agrícolas que formam o conteúdo da renda que recebem dos empresários capitalistas.

A partir da referência de Ricardo às variações dos preços relativos, é possível fazer-lhe uma crítica relevante, que é o que passamos a explicar.

A suposição de que o setor agrícola apresenta homogeneidade insumo/produto e que, por tanto, é um setor homotético, constitui obviamente uma simplificação excessiva da realidade. Sem dúvida, é indispensável considerar, entre os insumos do setor agrícola, a existência de produtos do setor manufatureiro. Estes, ao lado dos que se originam do próprio setor agrícola, são elementos materiais que compõe seu capital, não só de sua parte constante (nas palavras de Marx), mas também da variável. Afinal, na cesta de consumo dos trabalhadores agrícolas entram direta ou indiretamente bens manufaturados.

Pois bem, abandonemos agora, por ser muito irreal, a suposição de



homogeneidade insumo/produto no setor agrícola. Nessas condições, a conclusão de Ricardo de que os preços agrícolas tendem, com o crescimento econômico, a elevar-se em relação aos dos produtos dos demais setores implicará um problema para sua teoria, como veremos agora.

A taxa de lucro dos capitais que operam na agricultura, com o abandono da suposição de homoteticidade, não pode mais ser calculada em termos físicos: ela não é mais independente dos preços. Com o crescimento econômico e a progressiva maior dificuldade de produzir bens agrícolas, seus preços elevam-se e isso terá um efeito positivo sobre a taxa de lucro do setor: é o *efeito preço*.

Explicando melhor: a elevação do preço do cereal significa que seu preço relativo se elevou em relação aos outros produtos, em particular aos do setor manufatureiro. Como no setor agrícola o produto teve preço majorado em relação a alguns de seus insumos, sua taxa de lucro tenderá a aumentar.

*“A mesma variação (de preços, RC) atua ... de forma favorável sobre a taxa de lucro uma vez que, levando-se em conta que na agricultura o lucro é constituído pelo cereal, ao passo que o capital constitui-se apenas em parte pelo cereal, a relação entre lucro e capital aumenta quando aumenta o preço do cereal em face dos demais meios de produção”.* (Napoleoni, 1983, p. 91)

Chegamos então a uma dificuldade. Por um lado temos o efeito renda: com o crescimento econômico (crescimento da população e da produção de alimentos, com o conseqüente uso de terras cada vez menos adequadas), tende a diminuir a taxa de lucro do sistema, em razão da elevação da renda fundiária. Por outro lado, temos o efeito preço. Que implicação tem esse efeito sobre a taxa de lucro da economia? A taxa de lucro do setor agrícola tende a crescer e, como conseqüência, também cresce a taxa geral da economia. Os dois efeitos são opostos.

O problema que se apresenta agora é: qual dos dois efeitos prevalece? Ou melhor, qual dos dois é mais forte para determinar o destino da taxa de lucro da economia? E esse não é um problema menor, pois, para Ricardo, a taxa de lucro é a variável chave que determina o ritmo do crescimento econômico, da capacidade de produção de riqueza.

É bem verdade que a concepção de Ricardo sobre riqueza e excedente, entendendo-os singelamente como um conjunto heterogêneo de bens, sugeria-lhe que, se os salários são fixos e se a tecnologia não se altera, uma elevação da renda fundiária deve, necessariamente, produzir uma redução na taxa de lucro. No entanto,

não era suficiente essa intuição; seria necessária uma demonstração teórica desse fato. O efeito preço, observado na agricultura como setor não homotético, impedia tal demonstração. Colocava-se como indispensável construir uma teoria dos preços, de maneira a poder determinar se o efeito preço efetivamente não seria suficiente para contrabalançar o efeito renda.

Por essa razão, Ricardo sente a necessidade de enfrentar-se ao problema teórico da determinação dos preços relativos. Toma consciência da necessidade de estudar o que denomina valor. Lança-se nessa tarefa teórica e, como resultado desse ponto de partida, surge sua principal obra: *Princípios de Economia Política e Tributação*. Suas dificuldades continuarão.

## **A teoria ricardiana do valor como teoria dos preços relativos**

Talvez facilite nosso trabalho se fizermos um resumo do que terminou sendo a teoria do valor de Ricardo, na sua última versão, na terceira edição dos Princípios.

Dois detalhes iniciais, já mencionados aqui, são fundamentais para que se entenda adequadamente essa teoria. Em primeiro lugar, a questão econômica chave para Ricardo é a distribuição e, em particular, a taxa geral de lucro (a determinação do seu nível), pois é ela que determina o crescimento econômico. Em segundo lugar, a suposição que sempre estará presente em sua preocupação com o valor das mercadorias é a da uniformidade da taxa de lucro: todos os setores econômicos e todas as empresas devem ter a mesma taxa de lucro.

Riqueza e valor são tratados como conceitos totalmente diferentes, pelo menos explicitamente no texto de seus escritos. Enquanto a riqueza está associada à abundância e é entendida como um conjunto heterogêneo de bens, o valor depende da dificuldade de produzir-se a mercadoria, em particular da quantidade de trabalho. Dada uma determinada quantidade deste, a riqueza pode crescer com o avanço tecnológico e conseqüente aumento da sua produtividade; a magnitude do valor, não.

Para Ricardo, pelo menos explicitamente, o valor é sempre preço relativo (valor relativo ou valor de troca) e sua teoria do valor resume-se basicamente a encontrar os fatores que determinam os preços relativos das mercadorias.

A teoria ricardiana do valor sustenta, na forma como aparece expressa pelo autor, que os preços relativos das mercadorias estão determinados fundamentalmente pela quantidade de trabalho incorporado nas mercadorias, mas sofrem alterações em razão de variações salariais, dada a existência de diferentes estruturas nos diversos capitais existentes na economia. Elevações de salário implicam redução da taxa geral de lucro, mas afetam diferencialmente as empresas, em razão de suas diferentes estruturas de capital. Assim, as taxas de lucro desajustam-se e, para se obter novamente a uniformidade, é necessário um reajuste na estrutura dos preços relativos.

Esse é o resumo que podemos adiantar e, agora, discutamos alguns dos pontos relevantes dessa teoria.

## **A teoria ricardiana do valor em discussão**

Na época de Ricardo, não seria possível construir uma nova teoria do valor,

sem que o ponto de partida fosse uma crítica à perspectiva de Adam Smith. Isso em virtude do reconhecimento que A Riqueza das Nações desfrutava, então, entre os diferentes autores. Além disso, a concepção ricardiana sobre a natureza física e heterogênea da riqueza e do excedente, na nossa opinião, impunha-lhe não aceitar como válidas as conclusões smithianas sobre a determinação do valor pela soma de remunerações e a sua medida pelo trabalho comandado.

Por uma ou por outra razão, o fato é que a obra ricardiana parte de uma crítica radical à teoria do valor de Adam Smith. O próprio Ricardo sente-se na obrigação de desculpar-se por isso, já no prefácio dos Princípios:

*“Para combater opiniões aceitas, o autor julgou necessário assinalar mais particularmente aquelas passagens das obras de Adam Smith com as quais não está de acordo. Mas espera que não se pense, por esse motivo, que ele não participe, juntamente com todos aqueles que reconhecem a importância da Economia Política, da admiração que com justiça desperta a profunda obra desse celebrado autor”.* (Ricardo, 1982, p. 40)

Já tivemos oportunidade de discutir as críticas que Ricardo apresentou à teoria smithiana e de mostrar o quanto foram incorretas e até injustas (Carcanholo, 1991, 1997 e 1998). Não as relembremos aqui; apenas mencionaremos, pois nos interessa para o propósito deste trabalho, que Ricardo entendia (e, na verdade, de maneira equivocada) que, na teoria de Smith, uma elevação dos salários resultaria em uma elevação no valor das mercadorias e não em uma redução dos lucros.

Essa conclusão lhe era inaceitável. Se partimos da idéia ricardiana de natureza física do excedente e da riqueza, alterações na distribuição da renda não podem alterar a magnitude deles, nem da riqueza e nem do excedente (se os salários fossem entendidos aqui, como em Sraffa, como parte do excedente). É por isso, na nossa opinião, que Ricardo não pode admitir a idéia smithiana de trabalho comandado, nem a de que o valor fique determinado por soma de remunerações.

É verdade que Ricardo, como já dissemos, faz explicitamente uma radical e inflexível distinção entre riqueza e valor, diferenciando-se, assim, tanto de Smith e de Say (Cf. o cap. XX dos Princípios), quanto de Marx. Tivemos oportunidade de mostrar em outro lugar a genialidade de Smith que, mesmo não dispondo da perspectiva dialética do mundo, foi capaz de perceber a bidimensionalidade da riqueza capitalista (Carcanholo, 1991 e 1998). É verdade que só em Marx essa bidimensionalidade ganha os adequados contornos dialéticos, mas a postura

smithiana, por anterior, sugere a pobreza do pensamento formal de Ricardo e o retrocesso que a concepção ingênua de riqueza, como conjunto heterogêneo de bens, implicou para o desenvolvimento da economia política crítica.

No entanto, parece-nos que, apesar da mencionada distinção entre valor e riqueza, a obsessiva busca da mercadoria padrão por Ricardo, e a idéia de valor absoluto que está associado a ela, relaciona-se com um inconsciente desejo seu de utilizar o valor como medida da riqueza. Voltaremos a esse assunto com mais detalhe depois.

Por ora, fiquemos com a idéia de que, justamente por ser o volume total de riqueza (concebida como física) constante, o valor para Ricardo não pode sofrer alterações frente a mudanças nos salários.

Assim, não aceitando o princípio da soma de remunerações de Smith como determinante do valor e do trabalho comandado como sua medida, que alternativas lhe restavam a Ricardo? Não tinha muitas opções. Nessas condições, chegar a sustentar que era o trabalho incorporado o que determina os preços relativos era um passo muito pequeno. E isso é o que ele faz já no título da primeira seção do capítulo I de Os Princípios:

*“O valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor remuneração que é paga por esse trabalho”.* (Ricardo, 1982, p. 43)

Dessa maneira, na sua exposição final e mais acabada, na 3ª edição dos Princípios, inicialmente as alterações na distribuição, em particular nos salários, não modificam os preços relativos, isto é, os valores das mercadorias; eles dependem do trabalho incorporado nas mesmas. Isso significa que os preços relativos de duas mercadorias quaisquer deveriam ser proporcionais aos trabalhos contidos nelas e que mercadorias produzidas com a mesma quantidade de trabalho teriam valores iguais. Mas isso só inicialmente, pois a continuação e no mesmo capítulo, a idéia de Ricardo se altera: modificações salariais são entendidas como uma segunda causa para a variação dos valores, embora não tão significativa quanto o trabalho incorporado.

Não há dúvidas de que se trata, mesmo nessa exposição final, de um texto confuso; as idéias são confusas. Talvez a interpretação mais aceitável sobre essa dificuldade na exposição ricardiana sobre o valor seja a de Hunt, que sustenta que o trabalho só aparece como determinante numa primeira aproximação:

*"Ricardo formulou a teoria, apresentando-a, primeiro, como a hipótese simplificada de que os preços das mercadorias eram estritamente proporcionais ao trabalho nelas empregado, durante o processo produtivo. Depois, descreveu com algum detalhe como este princípio simples teria que ser modificado, devido a uma variedade de circunstâncias especiais. Acreditava que estas modificações fossem inteiramente explicáveis de modo sistemático e coerente e que portanto, não constituíam argumentos contra a teoria do valor-trabalho, mas que mostravam, isto sim, a complexidade e o realismo da teoria."* (Hunt, 1987, p. 119)

O problema que se apresenta para Ricardo, ao sustentar inicialmente que os preços relativos são exatamente proporcionais aos trabalhos incorporados, como já dissemos, está relacionado com a suposição de permanência da uniformidade da taxa de lucro nos diferentes setores e nas diferentes empresas. É até intuitivo que uma modificação salarial, supondo a renda fundiária igual a zero (ou, pelo menos, constante) implicará uma alteração inversa na taxa geral de lucro. Como as empresas operam com diferentes estruturas de capital (em particular, com diferentes proporções de salário no capital total), algumas serão mais afetadas que outras por uma, por exemplo, elevação dos salários. Assim, as taxas de lucro tenderão a diferenciar-se, favorecendo aquelas empresas com menor proporção de salários no seu capital. Para que se alcance novamente a uniformidade da taxa de lucro, é necessário um reajuste na estrutura global dos preços relativos, fazendo com que alguns preços se elevem e outros baixem. Dessa forma, uma proporcionalidade preços/trabalho incorporado, caso existisse, desapareceria.

De fato, na seção IV do cap. I dos Princípios, em que introduz a existência de diferentes estruturas do capital nos distintos setores econômicos, Ricardo sente necessidade de modificar suas afirmações iniciais. No próprio título da seção afirma:

*"O princípio de que a quantidade de trabalho empregada na produção de mercadorias regula seu valor relativo é consideravelmente modificado pelo emprego de maquinaria e de outros capitais fixos e duráveis".* (Ricardo, 1982, p. 52)

Na seção seguinte do mesmo capítulo, a questão é reforçada com a introdução das diferentes "durabilidades do capital" e do desigual "tempo de retorno" e que, na terminologia e na análise (embora quase desconhecida, mas muito mais precisa de Marx) resume-se a diferentes tempos de rotação das distintas partes componentes da

magnitude do capital. Na verdade, a conclusão de Ricardo é bem conhecida:

*“... convém observar que Adam Smith e todos os autores que o seguiram, sem nenhuma exceção que eu saiba, sustentaram que um aumento no preço do trabalho seria uniformemente acompanhado por um aumento no preço de todas as mercadorias. Espero ter conseguido mostrar que tal concepção não tem fundamento, e que só aumentariam aquelas mercadorias nas quais se utiliza menos capital fixo que na medida-padrão pela qual se estima o preço, e que todas aquelas nas quais se empregasse mais capital fixo teriam seu preço positivamente reduzido quando os salários aumentassem. Ao contrário, se os salários diminuíssem ...”* (Ricardo, 1982, p. 35)

É dessa maneira que Ricardo se sente obrigado a abandonar sua idéia inicial de que as alterações na distribuição da renda não alteram os preços:

*"Essa diferença no grau de durabilidade do K fixo e as variações nas proporções em que se pode combinar os dois tipos de capital introduzem outra causa, além da maior ou menor quantidade de trabalho necessária à produção de mercadorias, das variações do valor relativo das mesmas: esta causa é o aumento ou redução do valor do trabalho."* (Ricardo, 1982, p. 53)

Logo mais poderemos mostrar que, colocado o assunto nesses termos, esconde-se, na verdade, a questão principal da economia política. Veremos que, como já assinalara o criticado Smith, o que está por trás de tudo isso é que, na sociedade capitalista, com a acumulação de capital e com a exigência deste de lucros (e a suposição teórica normalmente é a da uniformidade da taxa de lucro), os preços não podem ser proporcionais aos trabalhos incorporados.

### **A mercadoria padrão**

A verdade é que a ansiosa busca de uma mercadoria padrão, ou das condições para sua existência, por parte de Ricardo, é algo que deve intrigar qualquer leitor com alguma informação sobre a teoria do valor. Qual é o objetivo de determinar com precisão essas condições?

Talvez, justamente do anterior, isto é, da variabilidade dos preços em função de alterações nos salários, derive a maior relevância do conceito ricardiano de mercadoria padrão, pelo menos tal como aparece apresentado na terceira edição dos *Princípios*.

É verdade que, nas duas primeiras edições, a questão das variações salariais,

como fator de alteração dos preços, apresenta-se de maneira diferente e ali, a mercadoria padrão deve responder a uma preocupação distinta. É provável que esteja relacionada com a crítica que Ricardo faz a Smith sobre o uso do trabalho como medida do valor. Nela, o argumento de Ricardo é de que, como os salários podem variar, varia o valor do trabalho. Como sabemos, na teoria de Smith a variação salarial é entendida como uma modificação inversa no valor dos bens que compram o trabalho (isto é, dos bens-salário).

Apesar disso, não é fora de propósito pensar que, na terceira edição de sua obra, Ricardo tenha atribuído outro e mais importante objetivo à questão da mercadoria padrão e a tenha pensado como uma salvação para a dificuldade de sustentar a teoria do valor-trabalho frente aos efeitos, sobre os preços relativos, das modificações salariais. Essa é nossa interpretação.

No entanto, Sraffa dá uma resposta diferente e que é a seguinte:

*“... o problema que mais o interessou não era o de encontrar uma mercadoria real que medisse com precisão o valor do trigo ou da prata em diferentes épocas ou lugares, mas sim o de encontrar as condições que uma mercadoria teria de satisfazer para ter um valor invariável – e nisso quase chegou a identificar o problema da medida com o da lei do valor”.* (Sraffa, 1982, p. 20)

E, em seguida, cita uma carta de Ricardo a McCulloch de 21/08/1823: *“Não é claro, então, que assim que obtivermos o conhecimento das circunstâncias que determinam o valor das mercadorias estaremos em condições de dizer o que é necessário para contar com uma medida invariável do valor?”.*

A interpretação de Sraffa teria mais força se a carta de Ricardo fizesse a pergunta de maneira invertida (se encontrássemos as condições para que uma mercadoria tivesse valor invariável, não teríamos descoberto os determinantes do valor?); mas não o faz.

Sem poder afirmar que essa interpretação de Sraffa seja desprovida de lógica e independente do anterior, a nossa é diferente. Apresentando-a de outra maneira, acreditamos que a angustiante busca de uma mercadoria padrão por parte de Ricardo ou, o que aqui é a mesma coisa, das condições para encontrar uma medida invariável, está relacionada com uma associação talvez inconsciente desse autor: se a riqueza é invariável frente às variações na sua distribuição - e isso por ser a riqueza algo físico, material -, o valor tampouco deveria alterar-se frente a variações salariais. É



justamente essa associação que explicaria o vigor da recusa ricardiana em aceitar a teoria de Smith de que o trabalho comandado é a medida do valor e que este se altere com uma mudança salarial.

Se, de fato existe essa associação riqueza/valor, no obscuro pensar ricardiano, o valor deveria estar totalmente determinado pelo trabalho incorporado (e essa é a afirmação categórica de Ricardo na primeira parte do cap. I dos Princípios). Como isso não é possível devido às diferentes estruturas dos capitais e à suposição de uniformidade da taxa de lucro, talvez pudéssemos nos contentar com uma mercadoria que, funcionando como padrão, permitisse que, pelo menos no total, a soma dos valores relativos permanecesse constante.

Assim, na 3ª edição dos Princípios, a mercadoria a ser escolhida como padrão deveria ser tal que, frente a mudanças nos salários, os preços relativos que se elevam deveriam ver-se compensados precisamente pelos que diminuem, de maneira que, no total, a soma dos preços relativos de todas as mercadorias da economia, medidos por aquele padrão, não se alterasse. Seria uma forma de sair honrosamente do embate com Smith: os preços alteram-se (Smith tem razão), mas uns sobem e outros descem (Smith não tem razão) e, no total, os preços permanecem (Smith equivocou-se totalmente) .

Depois da radical crítica acadêmica a Smith, apresentada no início do primeiro capítulo dos Princípios, a saída anterior pode até ser considerada honrosa, mas não é aceitável. Talvez justamente por isso e dessa maneira possa ser entendida a passagem de Ricardo que insinua pensar em uma mercadoria padrão para cada uma das mercadorias existentes na sociedade. Com isso, todos os seus preços estariam a salvo de alterações frente a mudanças na distribuição.

É verdade que pensar uma mercadoria padrão dessa forma é um completo despropósito; muito mais para uma mente, como a de Ricardo, com profundo domínio da lógica formal. Mas é o que ali aparece no interior do capítulo I dos Princípios, na sua terceira edição. Vejamos. Ele estava analisando as dificuldades que implicaria usar o ouro como a mercadoria padrão e mostrando que a quantidade de trabalho na produção dessa mercadoria varia, em particular, devido a inovações em sua extração/produção e, então, afirma:

“Supondo-se inexistente essa variação e, portanto, que se necessita sempre a mesma quantidade de trabalho para obter a mesma quantidade de ouro, ainda assim o ouro não será uma medida perfeita de valor pela qual possamos, com exatidão,

determinar as variações em todos os outros produtos, pois ele não seria produzido precisamente com as mesmas combinações de capital fixo e capital circulante que seriam utilizadas em todos os demais; nem com capital fixo da mesma durabilidade; nem demoraria exatamente o mesmo tempo para ser colocado no mercado. Seria uma medida de valor perfeita para todas as coisas produzidas sob as mesmas circunstâncias em que ele próprio é produzido, mas para nenhum outro”. (Ricardo, 1982, pp. 59 e 60)

O que ele quer, então? Uma mercadoria padrão que seja produzida nas mesmas condições que cada uma das demais, sendo que cada uma delas se produz com estruturas diferentes de capital? Quer uma mercadoria padrão para cada uma das diferentes mercadorias, produzidas por capitais com distintas estruturas, mas que servisse como a mercadoria padrão de todo o sistema? Assim, convenhamos, cada mercadoria seria padrão de si mesma e a idéia de mercadoria padrão tornar-se-ia um *non sense*.

Mas, mesmo ficando com um conceito não irracional de mercadoria padrão, imaginando-a como aquela cuja quantidade de trabalho é invariável e que é produzida por um capital com estrutura média em relação aos três mencionados fatores, poderíamos nos atrever a dizer que muitas das hesitações de Ricardo derivam de sua dificuldade em encontrar uma mercadoria real que fosse aceitável para esse papel. Ricardo dedicou-se, no resto de sua vida, entre outras coisas, a encontrá-la e morreu frustrado. É verdade que, seu seguidor, Sraffa, resolveu o problema com a mercadoria padrão composta por determinadas proporções de mercadorias básicas. Mas sua solução padece de sérias debilidades, que o próprio Ricardo ficaria insatisfeito. Baste dizer que qualquer modificação tecnológica, em qualquer empresa do sistema, por menor que sejam, faria com que a mercadoria padrão, antes escolhida, deixasse de servir. Assim, temos uma mercadoria padrão, mas só funciona para cada instante infinitesimal do tempo.

Mas, façamos uma concessão e esqueçamos essas limitações. Em algo poderíamos avançar se considerássemos a mercadoria padrão, mas com uma pequena mudança na sua definição. Se, ao invés de ser produzida sempre com a mesma quantidade de trabalho, sua produção sofresse alterações na produtividade do trabalho sempre igual à média das alterações da produtividade nas outras mercadorias. Ela ganharia uma qualidade adicional: a de ser medida adequada, dentro da perspectiva de Ricardo, para a riqueza.

Dessa maneira, não só o valor ficaria, no conjunto da produção, invariável frente a alterações na distribuição, como seria capaz de funcionar como medida adequada da riqueza econômica, invalidando a preocupação de Ricardo expressa no cap. XX dos Princípios, pois, agora, no mesmo tempo de trabalho, com um aumento na sua produtividade, aumentaria a riqueza física produzida como também, na mesma proporção, o valor medido pela mercadoria padrão. O “valor absoluto” de Ricardo, isto é, o valor relativo das mercadorias em relação à mercadoria padrão redefinida por nós, seria a própria magnitude da riqueza representada pelas mercadorias. E ficaria assim estabelecido mais um aspecto das hesitações de Ricardo na sua teoria do valor.

### **E a crítica ricardiana a Smith revela-se equivocada**

Voltemos, neste momento, ao assunto da forma como Ricardo expressa sua grande dificuldade: modificações salariais alteram os preços relativos em razão da existência de capitais com diferentes estruturas. Trata-se de uma maneira enganosa de apresentar o problema.

Para mostrar a questão de maneira mais acertada, partamos de uma situação na que especificamente os preços sejam rigorosamente proporcionais aos trabalhos incorporados. Como corretamente aponta Ricardo, devido à existência de diferentes estruturas dos capitais, qualquer mudança nos salários faz com que os preços, em maior ou menor medida, se alterem, deixando de ser proporcionais, não importa se sobem ou se baixam; só assim se restabelece a uniformidade da taxa de lucro.

Se prestarmos bem a atenção sobre o fato, podemos constatar que só haverá um nível geral de salários para o qual os preços serão proporcionais aos trabalhos incorporados, pois qualquer mudança nesse nível, por menor que seja, implicará alterações nos preços. De maneira nenhuma existirão dois ou mais níveis salariais compatíveis com aquela proporcionalidade.

Em outras palavras e para reforçar o anterior, podemos dizer que existe um único nível de salários, como proporção de toda a riqueza nova produzida, que garante a uniformidade da taxa de lucro, em condições de preços determinados pelos trabalhos incorporados. E agora podemos nos perguntar: será possível saber qual é esse nível de salários?

Uma coisa é certa, se elevarmos progressivamente os salários, a partir de um determinado nível, a taxa geral de lucro irá se reduzindo na mesma forma e haverá um momento em que (supondo renda fundiária igual a zero ou, caso contrário, pelo

menos constante) ela será igual a zero. Obviamente, assim, quando ela for exatamente igual a zero, necessariamente haverá uniformidade da taxa de lucro se os preços forem proporcionais aos trabalhos incorporados, isto é, todos os capitais terão taxa de lucro nula.

Quaisquer outros preços determinariam lucros positivos para alguns setores (ou empresas) e negativos para outros (as). Qual é, então nossa conclusão? Ela reconhece a total correção das afirmações de Smith nesse sentido: só no “estágio antigo e primitivo” da sociedade, quando ainda não haviam sido acumulados os “fundos” ou “patrimônio”, os preços ficavam determinados pelos trabalhos incorporados. Assim, ironicamente, depois de toda a crítica de Ricardo e partindo de suas próprias conclusões, chegamos à confirmação de que Smith tinha toda a razão e, dessa maneira, a crítica que se lhe fazia (de possuir duas diferentes teorias do valor e de confundir, muitas vezes, trabalho contido com comandado) se desintegra totalmente. Tudo indica, no entanto e lamentavelmente, que Ricardo não se deu conta disso.

Assim, a teoria ricardiana do valor é um completo fracasso. A própria constatação do autor de que os preços não podem ser direta e totalmente determinados pelo trabalho contido é distorcida. Para ele, não é que as diferentes estruturas dos capitais impedem essa proporcionalidade sempre (salvo no caso limite e irreal de salários tais que a taxa de lucro seja igual a zero), para ele essas diferentes estruturas *“introduzem outra causa, além da maior ou menor quantidade de trabalho necessária à produção de mercadorias, das variações do valor relativo das mesmas: esta causa é o aumento ou redução do valor do trabalho.”* (Ricardo, 1982, p. 53). Dessa maneira, podemos afirmar categoricamente: Ricardo está errado. Não é que variações salariais constituam uma outra causa, embora de menor relevância, para variações do valor das mercadorias. Em nenhuma circunstância plausível, no capitalismo, os preços (ou valores como ele chama) podem ser proporcionais aos trabalhos incorporados. E essa já era uma constatação de Smith, criticada por Ricardo; foi também, posteriormente uma conclusão de Marx com o seu conceito de preço de produção.

Ricardo não tem, no que se refere à teoria do valor, conclusões positivas. Apesar de não encontrar uma resposta satisfatória para a determinação do valor e de haver se atrapalhado nas suas deduções, talvez tenha um mérito teórico ou, se mais de um, talvez esse seja seu mérito maior: demonstrou, de maneira definitiva, inequívoca,

que, supondo uniformidade da taxa de lucro ou qualquer outra distribuição dos lucros entre os capitais (salvo se os lucros fosse proporcionais aos salários pagos), os preços das mercadorias não podem estar direta e imediatamente determinados pelo trabalho incorporado. Com ele, a idéia de preços proporcionais ao trabalho, dentro do capitalismo, ficou definitivamente abandonada.

É verdade que tal idéia já se encontra morta e sepultada desde a Riqueza das Nações, mas seu autor, Adam Smith, não chegou a explicitar com detalhe e de maneira conclusiva as razões para tal fato. Essa tarefa ficou, na história do pensamento econômico, reservada para Ricardo e talvez aí se encontre sua maior contribuição: não algo de positivo, que ele tenha proposto como resposta a uma questão teórica relevante, mas de negativo (a demonstração da impossibilidade do trabalho como explicação direta e imediata dos preços das mercadorias).

Sem dúvida, Marx se utilizou e é tributário dessas conclusões de Ricardo: deu a maior importância ao conceito de composição orgânica do capital (que aparece na teoria ricardiana como proporção entre capital fixo e circulante) e dedicou grande parte do livro II de O Capital aos problemas da circulação e rotação do capital (a mesma questão, como já dissemos, denominada por Ricardo “durabilidade do capital fixo” e “tempo em que a mercadoria tarda ao chegar ao mercado”). Enquanto Marx dedicou muitos capítulos a esses temas, Ricardo ficou limitado a duas ou três pequenas seções do capítulo I dos seus Princípios.

## **Palavras Finais**

Afinal, o que resta da “teoria do valor trabalho” de Ricardo? E a resposta só pode ser: muito pouco em termos positivos! Napoleoni refere-se a isso da seguinte maneira:

*“Tendo de fazer frente às dificuldades da teoria do valor-trabalho. Ricardo não consegue tomar outro partido senão contentar-se com uma determinação apenas aproximada do valor de troca”.* (Napoleoni, 1983, p. 108)

Que pobreza teórica! E o próprio Napoleoni conclui:

*“Assim como é obvio que numa questão desse tipo a simples aproximação não pode ser tolerada ..., a investigação ricardiana deve ser considerada equivocada”.* (Napoleoni, 1983, p. 109)

Nem mesmo a questão colocada mais acima, apresentada por Ricardo no Ensaio, sobre qual dos dois efeitos predominava (o efeito renda e o efeito preço)

pode, com as indefinições sobre a determinação do valor, ser solucionada.

O interessante a ser destacado aqui é que, apesar de tudo, a teoria ricardiana continua desfrutando de certo prestígio, pelo menos em certos setores da economia crítica e até em economistas que apresentam certa simpatia por Marx.

É verdade que Ricardo, logo depois de sua morte, foi dura e generalizadamente criticado, em particular no que se refere à sua teoria do valor. Mas essa contestação teve origem conservadora e teve como motivação muito mais o fato de que sua teoria apresentava, então, a possibilidade de uso político perigoso por parte de alguns economistas radicais (Cf. Dobb, 1976, p. 111 e seguintes e também Meek, 1971).

Por outro lado e talvez pela mesma razão, justifique-se a posição de Marx ao enfrentar-se às confusões de Ricardo. Sua postura benevolente no que se refere à teoria ricardiana do valor e a injustiça que em certa medida comete contra Smith, deve ter algo de político e transcender, em grande medida, o simplesmente teórico.

Marx e sobretudo mais recentemente Sraffa são sem dúvida responsáveis pelo prestígio que ainda desfruta Ricardo, apesar de todas as suas confusões, hesitações e incoerências.

É curioso constatar que, sem debilidades teóricas similares e, com uma teoria coerente, bem estruturada e sólida, com características que lhe permitem dar conta, com profundidade, da natureza, da fisiologia, das contradições, do desenvolvimento e das potencialidades e perspectivas da economia capitalista, a teoria marxista do valor seja alvo hoje, como tem sido desde sempre, das críticas mais agressivas. Em particular, a problemática dos preços de produção tem sido vítima de ingentes esforços para mostrar as supostas dificuldades de Marx. Seus próprios defensores, na nossa opinião, mais dificultam a compreensão do substantivo da problemática, que permitem avançar. E essa crítica, pelo menos no que se refere à teoria dos preços de produção, tem encontrado a maioria de seus militantes entre aqueles que se colocam como anticonservadores. Como seria então essa fúria contra a teoria de Marx, se ela apresentasse, pelo menos em parte, debilidades similares às da teoria ricardiana do valor?

É verdade que Ricardo tem sido menos lembrado ultimamente, mesmo na sua versão sraffiana, mais radical por relegar a quase nada o papel teórico do trabalho. No entanto, nessa versão, de maneira consciente ou não, continua influenciando, e muito, amplos setores do pensamento crítico em economia. Afinal, aqueles que querem ser

críticos, mas nem tanto, precisam de alguma sustentação teórica de última instância. É uma forma cômoda de não se render à profundidade do pensamento de Marx.

Sem dúvida, a crítica teórica tem muito mais de ideologia e política que de teoria. Mas isso não é nenhuma novidade: Ciência e Ideologia sempre estiveram juntas.

## **Referências Bibliográficas**

- BLAUG, Mark (1989). **História do pensamento econômico**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 837p. (Título original: Economic Theory in Retrospect).
- CARCANHOLO, Reinaldo A. (1983). La teoría del valor trabajo y los precios de mercado. In: Lopez Días, Pedro (Org) - **El Capital, Teoría, Estructura y Método** (4º volumen). México: Ediciones de Cultura Popular / División de Estudios de Postgrado de la Facultad de Economía, UNAM, p. 225-271 .
- CARCANHOLO, Reinaldo A. (1991). O valor, a riqueza e a teoria de SMITH. **Análise Econômica**. Porto Alegre: URGs, ano 9, nº 15, p. 183-205.
- CARCANHOLO, Reinaldo A. (1997). Determinação inequívoca do valor e da distribuição em Smith. In: **Anais do II Encontro Nacional de Economia Política**. São Paulo: SEP - PUC/SP, p. 192 a 209.
- CARCANHOLO, Reinaldo A. (1998) Uma interpretação anti-ricardiana da teoria do valor em Adam Smith. **Revista Economia – Ensaios**. Uberlândia: UFU, v. 12, nº 2 - v. 13, nº 1, pp. 153-180.
- CARCANHOLO, Reinaldo A. (2000) O paradoxo da desigualdade dos iguais: incompreensões ricardianas sobre os preços de produção. **Revista Perspectiva Econômica**. Vitória: UFES, ano I, volume I, número 0., p. 229-259.
- CARCANHOLO, Reinaldo A. (2001) As várias dimensões da dissimulação da origem da mais-valia (versão preliminar). **VI Encontro Nacional de Economia Política**. São Paulo: SEP, 13 a 15 de junho de 2001. Anais em CD-Rom.
- CARTELIER, Jean (1981). **Excedente y reproducción. La formación de la economía política clásica**. México: Fondo de Cultura Económica, 364p.
- COUTINHO, Maurício C. (1993). **Lições de economia política clássica**. São Paulo: Hucitec, 220p.
- DOBB, Maurice (1976). **Teorías del valor y de la distribución desde Adam Smith**. Buenos Aires: Siglo XXI, 329p.

- GUERRERO, Diego (1977). **Historia el pensamiento económico heterodoxo**. Madrid: Editorial Trotta, 276p.
- HOLLANDER, Samuel (1988). **La economía de David Ricardo**. México: Fondo de Cultura Económica, 677p.
- HUNT, E.K. (1987). **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 518p.
- MEEK, Ronald L. (1971). **Economia e ideologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 288p.
- NAPOLEONI, Cláudio (1975) Prólogo a la segunda edición. In: BIANCHI, Marina. **La teoría del valor desde los clásicos a Marx**. Madrid: Alberto Corazón Editor, p. 7-13.
- NAPOLEONI, Cláudio (1983). **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro: Graal, 239p.
- RICARDO, David (1973). **Principios de economía política y tributación**. México: FCE, 332p.
- RICARDO, David (1982). **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 286p.
- RICARDO, David. (1983a) Ensaio acerca da influência do baixo preço do cereal sobre os lucros do capital (Ensaio sobre o preço do trigo). In: NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, p. 195-225.
- RICARDO, David. (1983b) Valor absoluto e valor de troca. In: NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, p. 226-239.
- SMITH, Adam (1983). **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 765p.
- SRAFFA, P. (1976). **Produção de mercadorias por meio de mercadorias**. In: **Keynes, Kalecky, Sraffa, Robinson**. Coleção Os Economistas, tomo 47. São Paulo: Abril Cultural.
- SRAFFA, P. (1982) Introdução. In: RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, p. 3-35.
- STIGLER, George J. (1979). **Historia del pensamiento económico**. Buenos Aires: Editorial El Ateneo, 230p.